

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017,
MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE
MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE
NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

ATA Nº 066

PRESIDENTE - DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia.

Invocado a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 497/17, Mensagem nº 84/17, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício de 2018.

Convido para compor a mesa a grande amiga, líder da Oposição, com grande entendimento nesta Casa, a quem deu os parabéns, compõe a nossa Comissão, titular na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Deputada Janaina Riva; meu amigo Dr. Arnaldo Justino da Silva, Promotor de Justiça e Secretário-Geral do Gabinete do Ministério Público; a Srª Secretária Adjunta de Orçamento do Estado de Mato Grosso, Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna; Sr. Anildo Cesário Corrêa, Secretário Executivo de Planejamento da SEPLAN; Dr. Caio Cezar Buin Zumioti, Segundo Subdefensor Geral, neste ato representando o Defensor Público Geral, Dr. Sílvio Jeferson de Santana; Sr. Ricardo Capistrano, Superintendente de Estudo da Despesa e Receita da SEPLAN.

Composta a mesa de honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Registro a honrosa presença das autoridades que gentilmente comparecem nesta Audiência Pública: Dr. Flávio Vieira, Auditor do Tribunal de Constas do Estado de Mato Grosso; Srª Eliane Rosa Fernandes de Albuquerque, Secretária Adjunta de Administração Sistêmica; Sr. Nasser Okde, Consultor Legislativo do Núcleo Econômico, nosso grande amigo; Sr. Ricardo Bertolini, Presidente do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso-SINDIFISCO, obrigado pela presença; Sr. Antônio Wagner Nicácio de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros/Seccional MT; Sr. Oscarlino Alves de Arruda Júnior, Presidente do SISMA/MT; Sr. Willian Rossi, Secretário-Geral da Federação Sindical de Mato Grosso; Sr. João Bosco, meu amigo, Diretor Administrativo e Financeiro do SIPROTAF.

Agradeço a presença de todos os servidores da SEAF, da SEPLAN, da imprensa, servidores desta Casa, que estão aqui, hoje.

Agradeço, mais uma vez, em nome da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a presença da Deputada Janaina Riva. Quero esclarecer que o Deputado Romoaldo Júnior deverá chegar à tarde, assim como o Presidente da nossa Comissão, Deputado Pedro Satélite, e o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Deputado Oscar Bezerra. A totalidade da nossa Comissão é do interior do Estado, cada um tem o seu compromisso, mas estão bem representados nesta Audiência Pública por dois membros titulares, Líderes de Bloco. Então, estamos aqui com toda certeza para debater essa peça orçamentária tão importante para o Estado de Mato Grosso, para a sobrevivência, talvez, do Estado para o exercício de 2018.

Solicito à Assessoria, se alguém quiser fazê-lo, deixar aberta a inscrição para que os participantes possam dar suas sugestões, fazer suas explanações e, também, reivindicações na tribuna.

Caso haja interesse da plateia de interpelar o palestrante, poderá fazê-lo com prévia inscrição com o Cerimonial, estritamente sobre o assunto, e o interpelado terá 3 minutos para dar a resposta e, da mesma maneira, 3 minutos para explicar.

Convido para usar da palavra a palestrante Sr^a Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna, Secretária Adjunta de Orçamento, que disporá de 20 minutos para as suas explanações conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Bom dia a todos!

Bom dia, Deputado!

Em nome de Vossa Excelência, cumprimento todos os membros da mesa; servidores da minha equipe aqui presentes; servidores de outras Secretarias; Sindicatos; servidores da Assembleia Legislativa; cumprimento a todos.

O objetivo aqui é apresentar um resumo da LOA, o que está previsto, o que vai acontecer ano que vem e como vai comportar o Orçamento. Vamos apresentar um resumo dos grandes números, os grandes agregados da Receita e da Despesa. É uma obrigação legal que nós temos de fazer tentar assegurar a transparência por meio da Audiência Pública. Isso está previsto na LRF.

Esses são os indicadores que utilizamos para elaborar a LOA. Lembramos que desde fevereiro já começamos a trabalhar a LOA. Então, esses indicadores são do início do ano. Alguns deles já se alteraram. No momento, já estão diferentes. Para o ano que vem poderão se alterar mais, mas temos que começar com alguma estimativa, com os indicadores que nós temos e com previsão para o ano seguinte. De repente, em cima do comportamento da economia, alguns alteram.

Então, nós temos a SELIC que já abaixou; a taxa de câmbio já reduziu um pouco, mas isso, também, é vantajoso para o nosso Orçamento, porque se esses indicadores diminuem, quer dizer, a taxa de câmbio, a dívida é calculada... A dívida externa, principalmente aquela do *Bank of América*, é calculada em cima do dólar. Então, se reduzem, a nossa dívida ano que vem reduzirá. Então, temos que começar com uma previsão. Temos uma cesta de indicadores que poderão se alterar até o ano seguinte.

Esse é o resumo dos grandes números da LOA para ano que vem.

Nós temos uma receita bruta líquida de 22 bilhões; as deduções - 5 bilhões. Aí se encontram os repasses para os municípios, os repasses constitucionais para os municípios e a receita do FUNDEB.

Então, temos uma Receita Orçamentária líquida de 17 bilhões e 800; 2.500 de receita intraorçamentária, lembrando que a receita intraorçamentária é aquela que sai de uma Secretaria e vai para outra. Por exemplo, os repasses para o MTI, porque as secretarias têm que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

pagar pelos serviços prestados pelo MTI. Então sai das secretarias e vão para a MTI. Os repasses para a IOMAT, os serviços que a IOMAT presta. São receitas que tramitam dentro do orçamento de uma secretaria para outra.

Então, temos uma receita total líquida de 20 bilhões. Esse é o número da nossa receita líquida já fazendo o repasse para os municípios e para o FUNDEB. E temos que programar as despesas no mesmo valor. Então, é o equilíbrio da receita e da despesa.

As nossas despesas, também, são programadas no valor estimado da receita. Mesmo que seja necessário um pouco mais para algumas Secretarias, o nosso limite é o limite da estimativa da receita.

Despesas Correntes: 17.500;

Despesa de Capital: 2 bilhões e 500, e aqui está o valor da Reserva de Contingência que é para passivos contingentes, riscos fiscais, e também o valor das emendas Parlamentares. Esses dois itens estão aqui dentro.

Aqui vamos abrir um pouco essas receitas.

Das Receitas Correntes, 21.400, nós temos 12 bilhões de Receitas Tributárias, que equivalem a quase 60% do nosso orçamento. Então, quase 60% é a nossa arrecadação, é a nossa receita própria do Tesouro.

Nessas Receitas Tributárias as principais são: o ICMS e o IPVA, ICMS da energia. Então, são as nossas principais receitas.

Transferências Correntes, aí nós temos repasses de convênios, convênios da União, o FEX. Temos várias receitas contidas aqui dentro, principalmente o FPE, que são transferências da União, o FEX e os convênios da União.

Receitas de Contribuições, temos as contribuições sociais, o FETHAB e demais receitas correntes.

As Receitas de Capital são aquelas que aumentam o patrimônio. Elas são exclusivas para despesas de capital, para realizar obras, aquisições de equipamentos. Então, nós temos a maior parte 1 bilhão e 99 milhões de operações de crédito, mais para frente vamos detalhar isso.

Transferência de Capital: aqui temos convênios também do Governo Federal e outras receitas de capital num número pequeno.

Aquelas deduções que eu já comentei, municípios e FUNDEB, as receitas intraorçamentárias, voltando no nosso número de receita líquida de 20 bilhões 334 milhões.

Aqui nós abrimos as despesas.

O nosso maior volume de despesa, 64%, é de pessoal.

Aqui são as despesas de pessoal do Estado todo. A folha de pagamento dos Poderes também está aqui, não é só do Executivo, é de todo o Estado. E aqui já está previsto a RGA do ano que vem. Nós já fizemos a estimativa, colocando a RGA aqui dentro.

Juros e Encargos da Dívida.

Para o serviço da dívida nós temos por volta de 600 milhões no ano que vem; 386 de juros e mais amortização de 249 milhões. E aqui estamos contando com as renegociações do Governo Federal depois da aprovação da PEC que, principalmente, na amortização da dívida nós vamos ter uma redução, nos juros não tanto, mas na amortização nós temos uma redução maior.

Investimentos: 2 bilhões de reais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Quando eu falo em investimentos, é bom lembrar, embora todo mundo tenha conhecimento nessa área, mas é uma confusão que a população faz, estamos falando de grupo 4, aquelas despesas de capital que vão aumentar o patrimônio do Estado, que tem que ser registrado como obras, equipamentos, materiais permanentes. Não quer dizer que aqui dentro de outras despesas correntes, dos recursos originários que vão para as Secretarias, não tenha investimentos.

Então, aqui na folha também eu tenho: salário do policial que está na rua; do professor que está dentro da sala de aula; do médico e enfermeiros que estão prestando serviços dentro dos hospitais. Isso não quer dizer que essa folha custeia a máquina. O custeio da máquina é muito menor, são principalmente das Secretarias instrumentais que não prestam o serviço finalístico.

Mas aqui eu tenho investimento para a população. Não é grupo 4, não é despesa de capital, mas é melhoria no serviço do hospital, é uma quantidade maior de atendimento que pode ser feito, mais professores que podem abrir mais salas de aula para atender mais a população.

Com essa crise que se instalou no Brasil muitas pessoas deixaram de usar o plano de saúde e foram utilizar os hospitais do SUS; muitas pessoas tiram os filhos das escolas particulares e colocaram em escolas públicas. A obrigação é do Estado em aumentar o atendimento na educação, na saúde. Isso também nós podemos considerar que temos investimentos aqui dentro.

Inversões financeiras, integralização de capital nas empresas públicas, o valor maior é da ZPE de Cáceres, que a integralização vai ser para o funcionamento da ZPE. Este ano deve terminar a obra e no ano que vem ela já entra em funcionamento. Já está prevista aqui a integralização do capital para o funcionamento. Tem o MT Gás, alguma coisa para o MT Fomento, mas o valor maior é para a ZPE.

Amortização da dívida eu já falei; reserva de contingência já comentei. Então, mandamos com 2% para a LOA. Depois da LOA aprovada com as emendas inseridas dos Deputados a reserva volta com 1% e o outro 1% é as emendas dos Deputados. Quando a LOA volta aprovada, nós colocamos esse orçamento nas Secretarias. Então se tem emenda para a educação, para a saúde, para o turismo, nós colocamos na dotação específica, não sofre nenhum contingenciamento.

Então, desde o início do ano, se tiver o projeto técnico elaborado, as Secretarias já podem executar aquelas emendas. Não tem nenhuma dificuldade em executar aquelas emendas.

Voltando ao nosso número principal, que é a nossa receita total de 20.334 bilhões.

Aqui abrimos entre os Poderes: o Poder Executivo fica com 85% do total do orçamento, 17.344 bilhões; Tribunal de Justiça, 7%; Assembleia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria, aí totaliza o valor da nossa receita total líquida. Aqui estamos discriminando só a parte dos Poderes, só o duodécimo.

Aqui eu tenho as receitas próprias dos Poderes. Por exemplo, o Tribunal de Justiça tem o FUNAJURIS, é uma receita que ele arrecada; Ministério Público tem aquela parte das multas que ele recebe. Então aqui estão contidas receitas próprias dos Poderes.

No outro *slide* eu detalhei só o duodécimo, quanto vão ser repassados das Receitas do Tesouro aos Poderes.

Esse valor aqui já está com as determinações da PEC, o crescimento do ano de 2016 para 2017 foi maior. Aqui está menor porque já está levando em consideração os limites impostos pela PEC. Então, é acumulado da inflação dos dois anos, 2016 e 2017, que dá por volta de 7,5. Não é, Ricardo? 3% em um ano e 4,5% no outro. Em relação a 2017, são 3% que foi o aumento. Em relação a este ano, o aumento dos Poderes por volta de 3%.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Bom, aqui nós quisemos mostrar como o orçamento está dividido nas funções. Quando falo função, às vezes, eu tenho mais uma Secretaria dentro. Na função Segurança Pública eu tenho a Secretaria de Segurança, tenho o DETRAN. Então é a função, não a Secretaria.

Para transporte rodoviário tenho previsto 57% do total do orçamento, dos investimentos. Aqui aqueles 2.234 de investimentos que estamos detalhamos.

Esse valor aqui é principalmente por causa do financiamento do MT Integrado, tem uma parte de FETHAB, mas principalmente do MT Integrado, que é um financiamento alto. Conseguimos fazer aquelas ações em estradas por causa desse financiamento.

Na educação básica eu também tenho um financiamento, que é o PROESCOLAS. A outra parte é da receita própria deles que eles destinaram para investimento, para construção e manutenção de escola e compra de equipamentos, mas mais ou menos metade desse valor é do financiamento PROESCOLAS.

Infraestrutura urbana, SECID. Aqui tem uma parte do VLT, financiamento que este ano não foi executado, não foi realizado, mas no ano que vem temos a previsão de retomar a construção do VLT. Então, já tem a previsão de liberação desse orçamento, desse financiamento do VLT, uma parte aqui.

Essencial à Justiça, principalmente Ministério Público.

Segurança Pública recursos próprios, Fonte 100, destinados a investimentos - não tem nada de financiamento.

Turismo. Aqui eu tenho o PRODESTUR e o PRODESTUR tem feito várias obras de revitalização do turismo, construindo centro de atendimento ao turismo, reforma dos acessos a pontos turísticos por meio do PRODESTUR.

Ensino superior. Acho que tem um pouco de financiamento.

Tem, não é, Ricardo, do governo federal?

Aqui eu tenho o PROFISCO, que é da Secretaria de Fazenda, um financiamento.

Na Saúde são receitas próprias destinadas à construção e manutenção de hospitais. Habitação urbana e outras subfunções. Então, é assim que destinaremos R\$2.234,54 às funções.

Aqui vamos discriminar o financiamento por fontes, quem está financiando esse investimento nas secretarias.

A maior parte é operação de créditos. É como falei, PRODESTUR, PROFISCO, PROESTRADA, PROESCOLAS. São financiamentos do governo federal, 51 e 49%.

Lembro que este ano tivemos uma grande frustração nesse item de financiamento e a nossa expectativa é que no ano que vem esses financiamentos aconteçam e essas receitas se realizem.

Lembro também que para entrar na LOA todos os convênios e financiamentos que foram colocados na LOA já estão assinados. Então, não são expectativas de realizar aqueles financiamentos. Eles já foram assinados. O que acontece por algum motivo de dificuldade do Governo Federal que essas receitas não chegam para nós? Ou no caso do VLT que não chegou, porque a obra parou ou pode ter alguns outros motivos que impeçam a realização dessa receita.

O valor total do FETHAB é de 1 bilhão e 100, uma parte vai para os Poderes, uma parte para os municípios e o Estado fica com por volta de 900 milhões. Então, metade do FETHAB do Executivo é destinada para investimento.

Transferências voluntárias são os convênios mais de receita de capital, são os convênios que têm como destino despesa de capital, que integra o patrimônio, recursos de repasses

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

constitucionais, educação e saúde. Aqui é para saúde, mas são fontes separadas. Então, detalhamento é diferente, aqui é o recurso do SUS, mas tem uma parte da saúde e educação também aqui.

Recursos próprios dos órgãos. São receitas que os órgãos fazem a previsão dentro do seu orçamento e destinam para investimentos.

Grupo 4 - outras fontes, outros fundos especiais, então, na totalidade nós temos dois bilhões para investimento no Grupo 4.

Aqui nós mostramos os repasses constitucionais. Então, são aqueles valores e percentuais que temos obrigação de cumprir: educação básica, esse 26,5% é acima da Constituição Federal, que é 25%, mas já é aquela emenda que foi aprovada aqui Assembleia Legislativa para irmos aumentando 0,5% a cada ano até chegar 35%. Então, para o ano que vem a nossa obrigação é 26,5%, mas foi previsto no orçamento 27,15% - desde o ano passado estamos fazendo um aporte maior para educação. A folha dela cresceu muito e o valor mínimo de 25% já não era suficiente. Então, no ano que vem já vai ser 27,15%, o previsto inicialmente.

Saúde 12%. Para o ano que vem já está previsto 13,70%. Este ano nós já vamos chegar ao final do ano com valor que os 12%.

Esses três são UNEMAT, SECITEC e FAPMAT. Esses três são previstos na nossa Constituição Estadual e estamos cumprindo o valor determinado.

Aqui seria o valor que estamos colocando a mais: 191 milhões na saúde 73 milhões na educação. Mais do que teríamos obrigação. Só que os valores também são referenciais e nós temos que levar em conta a necessidade das Secretarias.

Sabemos que a saúde também teria que ter um aporte ainda maior.

Aqui fizemos uns resumos dos principais programas que estão previstos para acontecer ano que vem.

Temos o Pró-Estradas, que é nosso carro-chefe, por causa do financiamento do MT-Integrado que ajuda e dá um suporte para realizarmos essas estradas, e o FETHAB também. Então, 01 bilhão, 428 milhões para manutenção de rodovias, pavimentação e restauração de rodovias, reforma de pontes de madeira e construção de pontes.

Na saúde nós temos aqui dois Programas, Ordenação Regionalizada da Rede de Atenção e Sistema de Vigilância em Saúde, com 01 bilhão, e mais a Reordenação da Gestão Estratégica e Participativa do SUS, com 44 milhões.

Aqui são repasses para atenção hospitalar complementar do SUS; realização de procedimentos e cofinanciamento aos municípios, aqueles repasses para os municípios; e adequar a infraestrutura de unidades de saúde.

Aqui, sim, Educar para Transformar, 558 milhões: gestão das unidades escolares - aqui dentro tem o Pró-Escolas também que nos ajuda a realizar esse Programa -; manutenção dos serviços de alimentação e transporte escolar.

Lembro que a partir de 2017 deste ano estamos dando um aporte maior para o transporte escolar, auxiliando os municípios, porque é um grande problema na educação. As crianças vão para a escola em ônibus velhos, sem nenhuma condição de segurança para as crianças. Há também a questão do combustível, que os municípios têm que arcar para esses transportes, para esses ônibus. Então, por meio do FETHAB este ano começamos a dar um aporte ao transporte escolar. A SEDUC repassa para os municípios um valor a mais para complementar.

A questão da alfabetização é um problema grave nosso, pois, temos um número alto de analfabetos no nosso Estado; e a manutenção das unidades e realização de atendimentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Pacto pela Segurança - 91 milhões. Aqui, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, nesse Programa, será realizada a capacitação dos servidores e ações integradas e prestação de serviços de segurança e realização de operações policiais.

Mato Grosso Equitativo e Inclusivo, por meio da SETAS, 45 milhões: realização de atendimentos, qualificação profissional. Essa qualificação profissional para recolocação das pessoas, para encaminhamento para o mercado de trabalho, preparar as pessoas para conseguirem um posto no mercado de trabalho; e Pró-Família.

Reordenação da Gestão Estratégica e Participativa do SUS, Construção de estabelecimentos de saúde e regulação do SUS.

Cidades Sustentáveis, na SECID: ampliação e reforma de 20 sistemas de abastecimento de água, em 2017, essa ação foi forte, executada pela SECID de apoio aos Municípios; implantação de sistemas de abastecimento; construção de unidades habitacionais, mil duzentos e sessenta e cinco; apoio de Regularização Fundiária.

E aqui no GDR, no Gabinete de Desenvolvimento Regional, o Programa Estadual de Articulação Política: coordenação e organização de três Caravanas da Transformação.

Então, aqui, nós apresentamos os principais números, nós detalhamos a receita total líquida de 20 bilhões, como que ela será distribuída nas secretarias; nós detalhamos as receitas, como que elas se distribuem, receita tributária, receita corrente; nós detalhamos os investimentos que vão ser feitos, e nós acreditamos que seja o principal resumo, as principais informações da LOA do ano que vem.

Mas qualquer pergunta, qualquer informação adicional, nós estamos prontos para atender.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Já agradeço a Roberta, que também fica representando o Estado e a Secretaria de Planejamento em nome do Secretário e também amigo, que não pode estar presente por estar meio adoentado hoje, deve ser o reflexo da PEC, eu falei brincando aqui, mas eu o admiro muito, o Guilherme é um dos excepcionais Secretário deste Estado, já foi Secretário em outros Governos, eu tenho um respeito muito grande por ele e toda a Secretaria de Planejamento do Estado.

Nós temos aqui três inscritos pela mesa e três inscritos pela plateia.

Eu pedi a Deputada Janaina Riva, ela se dispôs a ficar por último, ela tem toda a prerrogativa de, a qualquer momento, interpellar e pedir pela palavra, até porque ela é membro titular da nossa Comissão. Estou presidindo aqui por ser o Vice-Presidente da Comissão, mas, com toda certeza, nenhum mérito a mais do que a Deputada Janaina Riva, até porque brilhantemente teria todas as condições de presidir esta Audiência Pública.

Então, passo a palavra ao Dr. Caio César, que tem uma pergunta referente ao orçamento da Defensoria Pública.

O SR. CAIO CÉSAR BUIN ZUMIOTI – Bom dia a todos!

Gostaria de, em nome do Deputado Dilmar Dal Bosco e da Deputada Janaina Riva, cumprimentar toda a mesa e todos que estão aqui presentes.

Roberta, surgiu-me uma dúvida, por meio da sua explanação, a LDO nos disponibilizou, por meio de duodécimo, 125,17 milhões para que fossem gastos com pessoal e custeio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Por meio dessa discussão, com o Projeto de Emenda Constitucional, que hoje já é uma Emenda Constitucional, o orçamento inicial da Defensoria Pública para o exercício de 2018 seria o orçamento inicial de 2016 mais 7,5%. Isso corresponde em números a 128 milhões de reais.

Minha dúvida é: a LDO está disponibilizando 125 para gastos com pessoal e custeio. A PEC, na verdade, a Emenda Constitucional está disponibilizando 128 milhões para gastos com pessoal e custeio. Como será recomposta essa diferença de 03 milhões de reais? Por que essa preocupação? Embora a PEC seja limite de gasto, eu só vou ter, pela LDO só tenho 125. Então, eu não vou conseguir manter, no mínimo, o que eu tenho hoje de estrutura.

Ou seja, de madeira jocosa, ganhamos, mas não levamos. Foi uma briga junto com a Assembleia Legislativa, junto com os Deputados, que nos apoiaram, mas surgiu essa dúvida. Como eu vou recompor essa diferença de 03 milhões no orçamento?

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Como já falei aqui, a PEC foi aprovada depois da elaboração da LOA, que já estava aqui na Assembleia Legislativa para ser aprovada, já tinham construída a LOA, e a PEC veio um pouco depois.

Nós tentamos colocar os limites da PEC, tentamos prever já na LOA, mas não conseguimos na sua totalidade, até porque teve... A PEC sofreu emendas aqui. Então, o que vamos fazer agora? Com a PEC aprovada, nós vamos recalculer o nosso orçamento, vamos ver a necessidade do ajuste, o que precisa ser alterado, se alguma coisa precisa ser reduzida para atender os limites e obrigação da PEC.

E, no ano que vem, a programação orçamentária e financeira – sempre a SEFAZ que publica a programação financeira –, nós vamos publicar em conjunto com a SEFAZ e já vai entrar a programação orçamentária com os limites orçamentários e financeiros para cada Secretaria executar durante o ano. E ali totalmente adaptado às regras da PEC.

Então, esse estudo vai ser feito. E vamos conversar qual será a alteração que será feita para a Defensoria Pública e para todas as Secretarias.

O SR. CAIO CÉSAR BUIN ZUMIOTI – Obrigado, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Então, fica respondida, até porque o Estado pode fazer o remanejamento, a PEC é superior ao orçamento. Então, será respeitado o que foi votado na PEC. E volta o orçamento originário, como foi aprovado pelo Parlamento, até brilhantemente respondida pela Sr^a Roberta, a LOA veio para a Casa no dia 30/09.

Votamos a PEC agora e fizemos algumas modificações com algumas discussões dentro do Parlamento, com várias proposituras. Eu tenho falado e falei também na tribuna, valorizando todos os Deputados, não é de Situação nem de Oposição, todos construíram uma PEC ideal para o Estado de Mato Grosso.

Eu dou os meus parabéns a todos os Deputados, nós tentamos aproveitar as proposituras de todos, independente... A PEC não tratava da Situação nem da Oposição, tratava do Parlamento definindo o Estado de Mato Grosso. Então, eu tenho elogiado a Deputada Janaina Riva, Deputado Valdir Barranco, Deputado Zeca Viana, todos que participaram para a construção.

Fica assegurado à Defensoria Pública o direito constitucional que está votado pelo Parlamento.

Com a palavra, sendo a segunda inscrição, o meu amigo Dr. Arnaldo Justino, Promotor de Justiça e Secretário-Geral do Gabinete do Ministério Público.

O SR. ARNALDO JUSTINO DA SILVA – Bom dia, Deputado Dilmar Dal Bosco!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017,
MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE
MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE
NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Em seu nome cumprimento todos os integrantes da mesa.

Quero saudar, também, a Deputada Janaina Riva, em nome da qual, cumprimento todos os demais presentes.

O Ministério Público espera que ano que vem, em 2018, a LOA reflita isso e o Estado consiga não só atender as questões essenciais do Estado, que é saúde, educação, segurança pública, mas que também o Estado consiga e volte os seus olhos para o princípio da dignidade da pessoa humana do trabalhador, ou seja, o Ministério Público espera que o Estado priorize também o pagamento dos servidores, porque esses atrasos que vem ocorrendo...

Tudo bem que é uma questão concreta de falta, às vezes, de recursos financeiros, mas o gestor está para escolher prioridades. Ele tem muitas necessidades como na nossa casa. Às vezes, os recursos são poucos, Deputado Dilmar Dal Bosco, mas nesse pouco de recurso, ele tem que escolher o que atenderá como prioritário e uma das coisas que entendemos como prioridade é a dignidade da pessoa do trabalhador, então tem que ser respeitado e pago os salários em dia.

Nós esperamos, Sr^a Roberta, que essa LOA seja para isso, que consiga, que se faça isso no ano que vem e, se eventualmente faltar algum recurso previsto, que os que vierem, seja atendida essa prioridade pelo gestor. (PALMAS)

Também, não podemos deixar de nos referir à questão da independência e harmonia entre os Poderes. Para as instituições funcionarem, não bastam somente harmonia e respeito nas palavras, também tem que ser na hora do financeiro. Por isso, a Constituição prevê essa questão dos duodécimos e, assim como em relação aos trabalhadores, os repasses dos duodécimos têm sido feitos com atraso.

E aos serem feitos esses repasses em atraso, acaba por também prejudicar a administração dos outros Poderes que têm a sua independência, harmonia e que precisam funcionar, por exemplo, a Justiça. A Justiça é essencial ao funcionamento do Estado, se a Justiça não tiver recursos suficientes para que funcione a máquina, teremos assim uma conturbação social muito grande, as pessoas fazendo justiça pelas próprias mãos, as pessoas sendo presas sem serem julgadas e assim por diante.

Em relação ao Ministério Público... A Defensoria Pública é para exercer o direito de defesa que toda pessoa, todo cidadão tem direito. Sem recursos, a Defensoria Pública passa dificuldades e as pessoas podem eventualmente serem mal defendidas.

O Ministério Público, no combate à corrupção, na fiscalização do cumprimento da ordem jurídica, processando os bandidos e os corruptos, defendendo os repasses para a própria saúde, educação, a melhora dessa prestação de serviços... Funcionando mal, não é bom para a sociedade, ele funcionará se tiver recursos distribuídos em um momento apropriado como diz a Constituição Federal.

O que o Ministério Público pensa e sonha é o que a sociedade mato-grossense pensa e sonha, é o que os trabalhadores pensam e sonham. É isso, Deputado Dilmar Dal Bosco, que esperamos no ano de 2018, que seja melhor que o ano de 2016 e de 2017.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Dr. Arnaldo, tenho certeza de que a preocupação da Secretaria de Planejamento, da Secretaria de Fazenda é a preocupação do Governo do Estado, realmente, de ter essa harmonia entre os Poderes, tanto o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria, para que ponhamos em dia o repasse. Mas, com toda certeza, nessa preocupação, o Ministério

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Público sempre foi solidário ao Estado na questão da saúde pública e, principalmente, na questão do salário em dia dos servidores. É compromisso.

Eu tenho falado, e não tem maneira de esconder, a questão de priorizar é você ter a condição de ter o recurso para isso. Mas, ninguém gostaria de ter um filho pedindo alguma coisa, você tendo dinheiro para você poder executar e não o fazer. É difícil quando você quer e não tem.

Então, eu tenho certeza de que o Governo do Estado fará de tudo para que o exercício de 2018... Por isso foi importante a Assembleia Legislativa na votação da PEC, que consegue dar essa prioridade ao Governo na questão salarial, saúde pública e, com toda certeza, essa harmonia que iremos buscar entre os Poderes nos repasses dos duodécimos. Eu tenho certeza do brilhante trabalho que o Ministério Público tem feito pela sociedade mato-grossense.

Com a palavra, o Oscarlino Alves, Presidente do SISMA-MT.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Deputado Dilmar Dal Bosco que preside esta Audiência Pública; a Deputada Janaina Riva; a Roberta, que veio representar a Secretaria de Planejamento; o nobre Promotor, que sempre está presente também; a plateia; os técnicos da Assembleia Legislativa; os nobres pares sindicalistas presentes; os servidores públicos; e todos.

Serei bastante sucinto, Deputado Dilmar Dal Bosco. Esta aqui é a 15ª Audiência Pública que participamos no Governo Pedro Taques, dentro da Assembleia Legislativa, e a cada Audiência Pública que comparecemos, percebemos que a apresentação do Governo muda, muda-se a metodologia de apresentação e vira um embaraço na nossa cabeça.

Da última vez, quando os números estavam ruins, aparentemente ruins, foi feito um comparativo do ano 2016 com o ano de 2017. Hoje, estamos encerrando, praticamente, um exercício, temos estimativas do que foi gasto e do que foi orçado em 2017 e não temos um número comparativo, nós temos números prontos, estimados.

Estamos vendo números latentes prejudiciais à aplicação nas áreas essenciais, na área de segurança, saúde e educação, à luz da PEC dos Gastos que já virou emenda e já foi promulgada na Casa. Não estamos aqui para criticar, ou fazer embate, nós gostaríamos de ter um comparativo, porque parece que apresentam números milagrosos. Nós temos uma renúncia fiscal que precisa estar escriturada e fazer parte da base de cálculo aqui para nós entendermos o quanto o Estado vai arrecadar, a estima de arrecadação, e o quanto que vai gastar.

Nós não vimos o percentual equivalente, aproximadamente dois bilhões e meio serão disponibilizados aos Poderes em forma de duodécimos e nós não vimos o percentual que equivale à receita corrente líquida estimada para o ano de 2018. São números que precisamos entender e parece que houve um milagre aqui na apresentação. Partimos de uma arrecadação de 22 bilhões bruto... No ano passado, tínhamos uma estimativa de 18 bilhões bruto e aproximadamente 13 bilhões e alguma coisa líquida. Hoje, nós já temos quase 18 bilhões líquido, e nós estamos vendo que com a metodologia que foi combinada na Casa, que foi acordada na Casa, os excessos de arrecadação não vão ser repassados para os Poderes.

Então, nós gostaríamos de entender qual o milagre que aconteceu de acréscimo de cinco bilhões na receita, porque antigamente falava-se que a receita era subestimada para poder apresentar aqui, e nós estamos percebendo um milagre.

Eu defendo a área de saúde pública. Em janeiro de 2017, nós estivemos aqui na apresentação, em Audiência Pública, na votação extraordinária que aconteceu na Casa no mês de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

janeiro, e o presságio da desgraça com a população do Estado de Mato Grosso foi apresentando aqui na Casa de Leis.

A Secretaria de Estado de Saúde apresentou uma necessidade de dois bilhões e 200 de orçamento para a saúde, para fazer uma operação tapa-buraco dentro da saúde pública. Não era para investir, não era para fazer milagre, era para apenas poder pagar as contas que vêm de forma recorrente com restos a pagar de um ano para o outro e faltando recursos, e aqui foi aprovado em janeiro de 2017 um bilhão e 585. E eu percebo que é praticamente o mesmo número que está apresentando aqui: 1 bilhão 585. Se já estava ruim... Esse é comparativo que nós fazemos, e se já estava ruim em 2017, houve um presságio de desgraça e o Governo passou a apontar o seguinte: vou desviar de outras áreas para pagar folha de pagamento, para poder pagar os compromissos com a saúde.

O que nós temos que fazer e ter coragem, que é o que nós não vemos aqui, é que parece que estrada tem mais prioridade do que ser humano no Estado de Mato Grosso. Nós vimos pelo FETHAB, FETHAB para os Poderes, FETHAB para poder aplicar... Eu acho que, se for pela ótica que se fizer asfalto vai facilitar o transporte e a condução de passivos sanitários em ambulâncias no Estado de Mato Grosso durante o ano de 2017, é excelente esse orçamento. Mas se não for, tem que ser colocado dinheiro para a saúde pública. Só o dinheiro não resolve o problema, é claro, nós precisamos é fazer a gestão dos recursos, ter transparência e ter fiscalização, coisa que não temos. Agora, recurso é essencial, inclusive para o FISCO poder arrecadar, poder fiscalizar e poder ver como é que está sendo embarcada essa exportação do Estado de Mato Grosso que está virando ração e alimento lá para outras civilizações no nosso planeta e não está sendo transferida toda essa benfeitoria aqui para o Estado de Mato Grosso. Porque o IDH do Estado de Mato Grosso despencou para a 19ª posição.

Nós não estamos vendo essa geração de empregos, a não ser alguma coisa no comércio. Não vemos! É um campo altamente tecnificado. Nós não somos contra o sistema produtivo. Nós queremos, nós somos a favor do povo, da população que vota, que bota a expectativa e que não tem dinheiro para comprar no privado, não tem dinheiro para comprar previdência privada, não tem dinheiro para comprar plano de saúde privado e não tem dinheiro para colocar os seus filhos em escola particular. Nós temos que assistir... mais de 60% da população dependem do serviço público.

Então, eu gostaria de entender, Roberta, qual é a metodologia. Se a senhora puder fazer um comparativo com os números que nos foram apresentados nas Audiências Públicas nos anos de 2016, 2017, que é de um ano para o outro, para entendermos qual é esse milagre do acréscimo de 5 bilhões de reais e por que só 1 bilhão e meio para a saúde pública sendo que a necessidade ultrapassa 2 bilhões e 200 milhões. Nós não podemos trabalhar com a saúde no mínimo constitucional obrigatório. A própria fala do Governo é essa: “nós estamos aplicando um pouquinho acima do mínimo constitucional”. Nós temos que prever muito recurso do contribuinte para salvar o povo que está aí em uma desgraça total.

Muito obrigado! (PALMAS)

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PENNA – Oscarlino, nós temos duas Audiências Públicas previstas, temos outra na quinta-feira. Geralmente trazemos uma apresentação e o que for pedido, solicitado e o que não ficar esclarecido, preparamos para a próxima apresentação. Então, iremos trazer na quinta-feira esse comparativo. O senhor quer principalmente da receita que foi prevista para este ano e a receita que está prevista para o ano que vem?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

O Ricardo Capistrano, a equipe dele que faz o cálculo junto com a SEFAZ. A obrigação de fazer o cálculo estimativo da receita é da SEFAZ.

O Sr. Antônio Wagner Nicácio de Oliveira (FORA DO MICROFONE) – Realizado também.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PENNA – Realizado. Pode deixar. Realizado e a estimativa para fechamento do exercício.

A equipe dele que faz junto com a SEFAZ essa estimativa de receita, ele pode trazer também qual a metodologia que eles utilizam, nós fazemos a promessa de trazer na quinta-feira.

A questão da renúncia, ela já está embutida no número que eu coloquei de Receita Tributária, ali já está o líquido, descontado a renúncia, aqueles 12 bilhões que estavam previstos já está descontado a renúncia.

A questão dos Poderes, você quer saber quando da RCL os Poderes... Eu até tenho esse número, 15,5, mas não gostaríamos nem de falar nesse número porque a nossa ideia é tirar essa vinculação, tanto que para o ano que vem nós já tiramos, nós queremos eliminar. A Receita Corrente Líquida não financia todos os nossos gastos. Nós temos outros recursos que não são livres para os nossos gastos, têm recursos vinculados... Então, ela não é um parâmetro interessante para vincular uma despesa, principalmente dos Poderes. Quer dizer, nós repassávamos os duodécimos, esse ano nós sentimos muito esse aumento do repasse dos duodécimos. Os Poderes acham que é necessário. É lógico, todo mundo tem a sua programação, suas despesas, o Tribunal de Justiça tem comarca para abrir, todos eles têm uma justificativa para receber aquele recurso, mas o executivo sentiu muito esse aumento. E nós quisemos tirar essa vinculação porque não achamos justo vincular uma receita que não é livre para cobrir os gastos. Então, nós tiramos essa vinculação, a vinculação que fizemos é a inflação. Então, nada mais justo, porque a receita sobe mais ou menos nessa mesma proporção, então achamos mais justo isso. Não queremos nem fazer essa comparação, mas o número se você quiser é 15%. Esse ano foi de 17,7%. Dois mil e dezessete foi de 17,7%. Da receita corrente líquida para o ano que será de 15,55%.

Em relação ao aumento da arrecadação, já falei, o Ricardo pode apresentar a metodologia e trazer a equipe dele e mostrar para você como é a metodologia que eles usam da receita.

Quero fazer só um comentário em relação a essa questão da arrecadação. Esse ano foi um ano muito difícil para nós, porque não precisávamos só que a receita se realizasse conforme ela havia sido prevista. Nós precisávamos de um aumento da arrecadação. Os nossos gastos, principalmente as despesas obrigatórias que são rígidas, como a folha de pagamento que é uma despesa obrigatória, não tem como abrimos mão, não tem como deixarmos de pagar. E a SEPLAN prioriza isso, tanto que o ano inteiro a SEPLAN vem fazendo as suplementações em tempo hábil para as secretarias, nenhuma secretaria atrasou o pagamento por falta do empenho da folha. Nós fizemos quase que mágica né, Gisele? A Gisele é a Superintendente de Orçamento, ela com a equipe dela são responsáveis por fazer essas suplementações, esses remanejamentos.

Utilizamos muito a DRE, assim como o Governo Federal utiliza, que a Desvinculação da Receita Estadual, inclusive tirando o FETHAB, Oscarlino, fizemos o DRE no FETHAB. E esse recurso nós suplementávamos nas maiores necessidades, inclusive da saúde. Nós fizemos vários aportes para a saúde, fizemos uma vez 18 milhões, inclusive utilizando as DREs de fontes vinculadas. Mas além da receita ter uma frustração, não tivemos o excesso de arrecadação que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

nós precisaríamos para manter todos os gastos, todas as nossas despesas. Só no recurso da saúde foram mais de 80 milhões de frustração; da educação, FUNDEB, 250 milhões a previsão de frustração até o final do ano.

A despesa da educação também é muito rígida. É uma coisa ou outra que ela pode deixar de executar, um ou outro investimento, mas a maior despesa dela é a folha de pagamento e manutenção das escolas, o PDDU, o recurso que vai para as escolas. Não tem como se reduzir no montante dessa frustração que teve. Então, se ela está tendo essa frustração, quem vai compensar, que fonte vai para lá? Fonte – 100 do Tesouro. Então, tem sido um ano muito sofrido. Nós já temos a dificuldade de fechar o ano, porque além da frustração que tivemos, os gastos são muito rígidos e nós temos que passar a Fonte – 100, que já é pouco livre, já tem muita vinculação, sobra muito pouco para a discricionariedade do Executivo e temos que passar para cobrir essas frustrações, principalmente da educação e da saúde, que tivemos essas frustrações maiores.

Em relação à saúde, o valor é pequeno mesmo, Oscarlino, nós sabemos disso. Nós precisamos de um valor maior. Então, este ano...

O Sr. Oscarlino Alves (FALA FORA DO MICROFONE) – Qual é o valor orçado?

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Ano passado, nós falamos ano passado, mas não terminamos o ano.

Este ano foi o total de 1 bilhão e 600 milhões. E para o ano que vem estão previstos 1 bilhão e 800 milhões. Um acréscimo de 15 milhões. Mas o valor da saúde é um valor em cima dos repasses federais, calculado...

(O SR. OSCARLINO ALVES FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Só o repasse constitucional e tem o mais que nós temos ...

(O SR. OSCARLINO ALVES FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Ele vai trazer detalhado. Já que é uma solicitação de vocês, vamos trazer detalhado em relação à saúde.

Nós sabemos que o valor é insuficiente, mas, infelizmente, nós estamos no limite, que é o 20300, que eu mostrei para vocês. Então, isso são escolhas dentro do Executivo, também por solicitação da Assembleia Legislativa, solicitação de grupos, e vamos destinando para uma Secretaria ou outra. O importante na saúde, eu faço duas colocações: Uma é o valor que já estamos passando a mais e outra é essa gestão orçamentária que já está sendo feita. Nós estamos apostando muito no Secretário Luiz Soares. Por quê? Por exemplo, a judicialização... São recursos absurdos! A mesma cirurgia que em trâmite normal é feita por um valor na judicialização chega a custar 5, 10 vezes mais e você é obrigado a arcar na hora. A Secretaria criou uma junta de conciliação com o Tribunal de Justiça na Saúde e estão tentando evitar esses acordos para evitarem ir à judicialização.

O desperdício de medicamentos nós já vimos em notícias. Quantas vezes medicamentos foram jogados por estarem sem validade. Esse é um recurso que poderia estar sendo... É um remédio que poderia chegar à população e está sendo jogado no lixo. Há contratos irregulares. Então, não adianta só passarmos recurso a mais à Saúde, se não tiver o bom uso desse recurso. Sabemos que é uma estrutura muito grande, muito complexa, muito descentralizada. Então, nós passamos... Há as OSs e há muitas pessoas executando os recursos da Saúde que não conseguimos ter um controle maior.

Acho que você, que é do Sindicato da Saúde, também, pode ajudar fazendo parte dessas comissões e cobrando, também, uma melhor gestão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Infelizmente, é insuficiente? É! Quer dizer, se eu conversar com várias Secretarias, com vários grupos interessados, todos terão necessidades. A SEAF tem necessidade de fazer mais atendimentos às famílias produtoras. Todos têm! Quer dizer, são as demandas. O que nós repetimos é um clichê, mas é o que repetimos: as demandas são ilimitadas e os recursos são limitados.

Então, nós imaginamos...

E mais uma coisa que queremos fazer: quanto à questão do atraso na folha de pagamento quero deixar claro que a SEPLAN prioriza a folha de pagamento. Nenhuma folha atrasou por falta de orçamento, mas o financeiro não nos compete.

Como estou representando o Governo, vou repassar à Secretaria de Fazenda, acredito que ano que vem será melhor pelo seguinte: este ano, no começo do ano, não esperávamos essas frustrações todas de receita. Em tão, não conseguimos segurar a execução da despesa como deveríamos segurar em todas as Secretarias. As Secretarias já começaram o ano executando o que estava previsto na LOA, tanto que fomos contingenciando e, no final, fizemos cortes expressivos nas Secretarias para cobrir essas frustrações.

O ano que vem - como já comentei aqui - nós vamos soltar uma programação orçamentária financeira no início do ano. As Secretarias sabem que terão aqueles valores para trabalhar e não poderão contrair despesa acima daquilo. Já estará sendo levada em consideração a PEC; já estará sendo levada em consideração a prudência das receitas e só vamos realizar se tivermos um excesso de arrecadação. O controle será muito maior nos gastos para garantirmos o que for necessário, o que for prioritário. As secretarias só poderão gastar a mais, investir a mais, se tiver excesso de arrecadação.

Acreditamos que o controle ano que vem será maior. Este ano foi um pouco inesperada toda essa situação. Realmente, ninguém no Estado esperava essa frustração no tamanho que tivemos de receita. Então, acreditamos que ano que vem conseguiremos ter mais controle da folha e não terá atraso na folha de pagamento.

Fica combinado que, na quinta-feira, traremos o detalhamento que o senhor solicitou e o Ricardo apresentará a metodologia de estimativa da receita.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Agradeço a participação do Sr. Oscarlino.

Também, agradeço a Sr^a Roberta pelas explicações.

Passo a palavra à amiga Deputada Janaina Riva.

Antes, gostaria de cumprimentar a equipe da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em nome da Coordenadora Waleska que se faz presente. Falei da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, mas esqueci da nossa Comissão tão especial.

Com a palavra, a Deputada Janaina Riva.

A SR^a JANAINA RIVA – Bom dia ao nosso Presidente, em exercício, Deputado Dilmar Dal Bosco.

Cumprimento todos os presentes!

Agradeço todos os servidores do Legislativo, do Executivo, presidentes de sindicatos que se fazem presentes; representante da Defensoria, Dr. Caio; Dr^a Roberta que representa o Poder Executivo e agradecer o Dr. Arnaldo que aqui está representando o Ministério Público.

Eu tenho algumas perguntas, Dr^a Roberta. Farei duas perguntas, primeiramente, porque acho que fica mais dinâmico, se puder, responder e, depois, retomarei a fala.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

A primeira é que hoje, pelo o que vi, não estamos com a LOA já adequada, conforme a PEC. Gostaria que a senhora colocasse para nós qual é o valor previsto de economia que a PEC proporcionará ao Estado, porque foi um questionamento durante o debate sobre a PEC. As pessoas diziam em mais de um bi por ano. Depois, constatamos que não era um bi por ano. Eram cerca de 140 milhões por ano.

Então, quero saber qual é essa economia e o que ela representará dentro da LOA. Quanto sobrar para se fazer investimentos, por exemplo, na saúde com o que se economizará nos repasses dos duodécimos, por exemplo.

Depois, eu quero que a senhora me fale sobre a questão da frustração da arrecadação de ICMS que foi baseado, principalmente, na energia. Essa frustração da arrecadação do ICMS eu quero saber por que ela aconteceu sendo que o PIB do Estado de Mato Grosso cresceu 5,1% e a conta de energia, também, aumentou para o contribuinte. Por que, então, houve a frustração da arrecadação do ICMS?

Essas duas perguntas, primeiramente, Dr^a Roberta.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Em relação à economia da dívida, esse valor de 1 bilhão é contado com o que deixamos de pagar. Já estamos deixando de pagar este ano. O valor já foi reduzido pensando nessa negociação. Se por acaso a PEC não fosse aprovada e essa renegociação aprovada pelo Governo Federal, teríamos que pagar o que deixamos de pagar.

Então, além de não termos mais esse desconto, iríamos ter que pagar tudo que deixamos de pagar este ano.

Mas eu vou passar a palavra para o Ricardo, que é Superintendente de Estudo de Receita e Despesa. Ele é o pai da PEC. (RISOS). A equipe dele foi a responsável. Ele foi um dos coordenadores da PEC.(RISOS).

Desculpe a brincadeira, Ricardo!

E ele lhe explicar melhor!

Em relação à frustração da energia, como eu já falei, a equipe dele é responsável pela estimativa da receita e ele poderá falar mais sobre os números da receita.

Eu vou passar a palavra e ele.

Então, são essas duas perguntas, Ricardo: a economia da PEC, o que vai sobrar da dívida do investimento e por que essa frustração do ICMS da energia.

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO – O.K!

Bom dia!

Eu agradeço a oportunidade!

A resposta em relação à PEC eu acho que primeiro é importante enfatizar que a LC nº 156, que o Estado aderirá no final do ano, prevê que tenhamos desde 2016 uma redução no pagamento da dívida. Então, desde julho de 2016 o Estado já deixou de pagar o valor. Esse valor é de julho a dezembro de 100% do valor referente à Lei nº 9.496/1997, cujo contrato custa, aproximadamente, 21 milhões/mês. Então, ele já deixou de pagar 6 meses durante 2016. Durante 2017, também, já tem uma redução significativa. Agora, ele alonga a dívida e esse valor de um bilhão e 300 milhões que são estimados se diluem ao longo dos 10 anos e complementa com o valor que já foi obtido nos dois primeiros anos que foram em 2016 e 2017.

Nesses dois anos tivemos uma redução de, aproximadamente, 350 milhões. Para o ano que vem está sendo estimada uma redução de 150 a 200 milhões - e aí estamos fechando -, afora

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

uma possível renegociação que poderá existir com *Bank of America*, que dará um valor um pouco maior e que já está constando na nossa Lei Orçamentária. Então, somente com a dívida para o ano que vem temos uma expectativa de redução total de, aproximadamente, 300 milhões.

Além disso, a PEC tem uma questão temporal na mudança das regras de vinculação. Por exemplo, somente com a mudança das regras de vinculação dos Poderes tivemos uma economia de 200 milhões, aproximadamente. Se aplicarmos a regra atual, que é de, aproximadamente, 17,7 fora a Defensoria, de vinculação, estamos reduzindo repasse nos Poderes nesses dois anos a praticamente e especificamente dezoito e aproximadamente 200 milhões. E, efetivamente, a redução da despesa que temos que fazer em termos de ajuste, estamos fechando as estimavas, pode chegar a 300 milhões.

Então, se nós somarmos Despesa Primária Corrente, que vamos ter que reduzir, nós temos a estimativa inicial de aproximadamente 300 milhões de redução que vamos ter que fazer, os ajustes internos que terão que ser feitos para pode se enquadrar na PEC, na Emenda Constitucional 81.

Nós temos 300 milhões; temos a redução que foi para os Poderes de aproximadamente 200 milhões que deixaram, de fato, porque mudou a forma de vinculação e, além disso, a própria redução da dívida que está estimada em 300 milhões. Então, só ali, no primeiro ano, a nossa expectativa é ter algo em torno de 700 milhões somente no primeiro ano.

E, além disso, nós sabemos que ao longo do tempo a expectativa é que esse espaço entre receita e despesa aumente um pouco mais para que você possa conciliar despesa e receita, de modo que a despesa cresça naquilo que a receita cresça de fato e não acima dela. Esse espaço vai aumentando para que possamos começar equalizar restos a pagar, equalizar o débito que temos com os Poderes e começar, de fato, a colocar investimento.

Então, inicialmente, a expectativa é que daquilo que for possível economizar nessa redução, principalmente, dos 300 a 600 milhões, eles possam começar a ser destinados dentro das prioridades que foram colocadas, investimentos, começar a pagar os passivos e o Estado vai equalizando isso no tempo.

As estimativas, assim como respondemos recentemente a uma solicitação de Vossa Excelência com relação a entendimento da LC 156, ou se era da 159, onde o Estado de fato se enquadrava, nós também temos a estimativa que podemos abrir tranquilamente de qual é esse cenário base que vamos partir e das possíveis mudanças que podem acontecer nesses próximos cinco anos, porque ela tem uma flexibilidade a partir de 2020.

Então, inicialmente, nós temos a expectativa que isso possa gerar algo em torno de 700 milhões.

Com relação à frustração de receita o crescimento econômico de Mato Grosso não reverte, necessariamente, integralmente em crescimento de receita efetiva do Estado, haja vista que uma parte dele não é tributável na sua integridade. Nós temos uma parte que é desonerada pela Lei Kandir; temos as renúncias e os incentivos fiscais e temos também a discussão de eficácia tributaria que compete, especificamente, à Secretaria de Fazenda.

No tocante à frustração de energia que junto com o combustível e o comércio são os nossos principais itens de arrecadação de ICMS, nós tivemos também o efeito da implementação da TUJ, onde o Estado teve uma perda em decorrência disso e a própria perda em relação ao não aumento da arrecadação propriamente dita desse tipo de tributo nessa área.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Então, a TUJ fez com que a próxima arrecadação do Estado diminuísse e o próprio consumo que não foi tão significativo se comparado àquilo que nós tínhamos previsão.

O crescimento de Mato Grosso, 5.1, é concentrado, efetivamente, se pensarmos comércio e indústria. A partir do segundo semestre, nós tivemos uma mudança, que o Estado começa, novamente, a reverter aquela tendência de decréscimo que tínhamos no ano e ele é extremamente fortalecido pelo impacto da nossa safra agrícola que faz com que o nosso PIB cresça. Mas em decorrência da nossa competitividade da Lei Kandir, isso não necessariamente se reverte em arrecadação.

Então hoje o Estado tem uma arrecadação que em comparação ao ano anterior cresce 7%, esse é o último dado que temos, e isso faz com que possamos tomar medidas adicionais para que tenhamos um incremento mais elevado com relação à receita. E esse quadro passa para o ano que vem com uma expectativa de crescimento na ordem de aproximadamente 8.5% no máximo.

A SRª JANAINA RIVA – Agradecer ao Dr. Ricardo Capistrano, pai da PEC, e a Drª Roberta pela resposta.

Eu acredito que uma preocupação que nós temos dentro da Assembleia Legislativa, e acho que ela tem que ser levada em consideração, sem dúvida nenhuma é com o recurso que será supostamente economizado. Mas eu prefiro usar, deixar de pagar, porque futuramente teremos que pagar isso. Acredito que nos próximos anos os próximos governadores terão que se preparar para fazer o pagamento, para se iniciar o pagamento dessas dívidas, porque estamos postergando, segundo o próprio Governo, para o Estado respirar.

Então, de certa forma, eu acho que nós temos que ter uma preocupação redobrada com relação à aplicabilidade desse recurso.

Eu acho que a fala do Dr. Arnaldo Justino, quando trata da questão de prioridade, é muito relevante, principalmente, quando você leva em consideração que estamos falando de um ano de 2018, que é um ano de campanha eleitoral.

Isso é extremamente preocupante, porque o Estado de Mato Grosso já não aguenta mais que se use de política eleitoreira em detrimento de políticas públicas de verdade para o seu povo. Isso em todos os sentidos. Nós não estamos mais falando somente do funcionalismo público que a meu ver, de certa forma, o Governo já desistiu – vamos dizer – de conquistar, mas eu tenho receio com algumas medidas que o Governo vem adotando, como, por exemplo, a Caravana da Transformação. Isso não é ação de saúde prioritária. Ação de saúde prioritária é UTI aberta; ação de saúde prioritária é Hospital Regional que não falta equipamento, que não falta insumo, que não falta medicamento.

Eu acho que essa é uma preocupação que nós temos que ter e isso de todos os Poderes e instituições, Dr. Arnaldo Justino, em conjunto, porque eu acredito que hoje os órgãos, os Poderes, instituições de fiscalização, que deveriam estar fazendo o seu trabalho, a meu ver, quando você fala em atraso de duodécimo fala, de certa forma, de uma rendição dos demais Poderes e instituições em detrimento ao Poder Executivo.

Isso me preocupa muito, muito, muito, mesmo. E isso sem entrar nos termos de que se repassa demais ou deixa de passar, até porque se hoje o Estado está em dificuldade e diz, segundo o Governo, que ele repassa demais, ele deveria ter pensado nisso em 2015 quando aumentou, de forma absurda, o repasse de algumas instituições e Poderes dentro do nosso Estado.

Então, o que acontece hoje é que este aumento que agora o Governo tenta deter e tenta segurar acaba deixando, de certa forma, os Poderes extremamente comprometidos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Esta semana, inclusive, Dr. Arnaldo, eu questionei o Presidente desta Casa de Leis, Deputado Eduardo Botelho, se ele não vai entrar com uma ação judicial com relação ao repasse em atraso da Assembleia Legislativa, que os nossos aposentados, para o Senhor ter uma ideia, não receberam até hoje. E vai ser um atraso já de um mês com relação aos aposentados da Assembleia Legislativa e tenho receio se vai conseguir fazer o pagamento da folha. Isso sem falar na legitimidade em se fiscalizar, que a Assembleia Legislativa deveria ter e não tem mais.

A partir do momento que eu seguro o seu recurso, você acaba comprometendo a finalidade da Assembleia Legislativa que é de fiscalizar o Poder Executivo.

Eu disse ao Presidente que se ele não fizer esse questionamento jurídico, nós Deputados da oposição vamos fazer à Mesa Diretora e acioná-los por não fazer, porque isso é extremamente preocupante.

Fora isso, Dr. Arnaldo, eu vejo que quando você fala no aumento da saúde, que agora eu não me lembro se está 13,7% que vai ser aplicado, em detrimento aos 12% que é obrigatório, mas você tem uma saúde do Estado de Mato Grosso estimando-se 1 bilhão 850 milhões e você tem uma SINFRA estimando 1 bi 700 milhões.

Então, aquela colocação que foi feita pelo Oscarlino, quando você analisa a LOA, isso sem fazer um comparativo com o ano passado, porque eu acho que... Isso para quinta-feira, Deputado Dilmar Dal Bosco, que é o nosso Presidente da CCJ, é essencial, porque é onde temos que ver onde o Estado priorizou, de fato, com relação ao ano passado. E eu tenho certeza que não foi a saúde, até porque dentro desta Casa tem uma PEC tramitando, que eu apresentei, que o investimento mínimo da saúde dentro do Estado deveria ser de 15% e nas emendas Parlamentares de 20%. E eu já estou colocando isso em vigência nas minhas emendas (PALMAS).

Eu já estou colocando isso em vigência nas minhas emendas, afinal de contas, Sr. Presidente, tem uma proposta de 20% na Emenda Parlamentar e eu não posso ser incoerente e apresentar menos de 20% das minhas Emendas parlamentares para a área da saúde. Então, como coloquei, a prioridade é uma questão preocupante.

Uma questão que eu abordo sempre é a questão da comunicação.

Quanto a isso também o Ministério Público tem que ficar muito atento, em conjunto com a Assembleia Legislativa, porque não se pode permitir mais que em ano de eleição se gaste absurdamente com comunicação.

No ano passado foi estimado 40 milhões e este ano 47, ano seguinte 47, porque faz essa confusão de prazo, sendo, Promotor, Dr. Arnaldo, que foram gastos mais de 80 milhões com comunicação. Como que um Estado que vive uma dificuldade extrema na saúde, gaste 80 milhões de comunicação. É extremamente incoerente também.

O que eu tinha para falar, na verdade, era isso. As duas perguntas foram respondidas pelos técnicos do Governo estadual.

Mas fica essa indagação em relação também, Dr. Arnaldo, aos duodécimos, porque esse é até um questionamento que quero fazer por meio de um requerimento ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas e também à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, se consideram que o atraso do duodécimo hoje não acaba prejudicando a legitimidade e independência e principalmente imparcialidade dos Poderes.

E, prevendo que no ano que vem é um ano eleitoral, quero fazer um requerimento indagando qual vai ser a atitude do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e dos demais Poderes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

e órgãos de poder de fiscalização e investigação em relação à aplicabilidade de recursos para fazer palanque eleitoral.

Eu acho que com isso no ano que vem, como Deputada, mais preocupada do que com o pleito eleitoral em si estou preocupada em como vai ser aplicado o recurso do Governo, principalmente esse que ele vai deixar de gastar, como foi dito agora há pouco.

Era isso. Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Roberta, essa é uma pergunta que foi feita.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Eu tenho uma pergunta da CCJR que Waleska me trouxe aqui.

“Quanto à reserva de contingência, deveria ter 2% para abranger as emendas Parlamentares, porém, foi destinada a ela apenas 1,45%.”

O que é definido são 2% que vão para a LOA, quando volta com as emendas fica 1% para a reserva e um 1% para as emendas e as emendas já colocamos nas Secretarias.

O que acontece é que o cálculo é diferente. Esse 1% do cálculo da reserva é em cima da previsão da receita do ano que vem e das emendas o cálculo é em cima, como está previsto na Emenda Constitucional, 1% da RCL do ano que anterior, e o ano anterior é 2017, e a expectativa da RCL deste ano. Então, nós já calculamos antes. Fazemos o cálculo da expectativa da RCL que vai chegar ao final do Exercício e calcula 1% para as emendas, que está dando...

(EQUIPE TÉCNICA PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM A PALESTRANTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Quanto?

Não! O 1,45% são divididos entre os dois. Então, seria 0,45%. É porque o cálculo é diferente, mas está de acordo com a legislação, Dr^a Waleska.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Com a palavra, a segunda pessoa inscrita, Sr. Antônio Wagner de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros.

O SR. ANTÔNIO WAGNER NICACIO DE OLIVEIRA – Bom dia, senhoras e senhores!

Em nome do colega de carreira Ricardo Capistrano, que descobrimos agora que é o Pai da PEC (RISOS); do Dr. Arnaldo, nobre membro do Ministério Público que representa a defesa de toda sociedade; cumprimento os membros da mesa.

Em nome da Deputada Janaina Riva eu cumprimento todas as mulheres presentes.

Em nome do meu Presidente Edmundo, os aguerridos dirigentes sindicais que aqui se fazem presentes no combate ao enfrentamento nas políticas econômicas do Estado.

Quero frisar o questionamento do Oscarlino quanto à necessidade de apresentar o comparativo entre a receita e a despesa ano a ano, 2016, 2017, 2018, porque isso é muito importante para compreendermos essa dinâmica desse aumento de receita.

Outra questão também importante, esse aumento de 18 para 20 bilhões de reais é resultado de que política pública implementada pelo governo? É resultado de uma maior arrecadação do ICMS? É resultado de combate à sonegação fiscal? Enfim.

Outro ponto importante também: o que é feito com a receita do Imposto de Renda dos servidores do Poder Executivo que somam cerca de 01 bilhão e 66 milhões de reais por ano, descontado direto da folha dos servidores? Isso representa mais do que toda a arrecadação direta do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

agronegócio e é importante sabermos onde está entrando 01 bilhão e 66 milhões de reais, porque sabemos que isso, relativo aos demais Poderes, é devolvido como receita, como dinheiro e do nosso não sabemos para onde esse recurso vai, nem onde ele entra no orçamento geral do Estado.

Outra pergunta importante também é a relação da produtividade no campo que teve safra hiper, mega, recorde e não vemos isso no incremento da receita.

Seria importante que o Governo nos apresentasse isso.

Outra coisa importante também é a questão dos incentivos fiscais.

Todas as vezes é importante que coloquemos isso na mesa de discussão, porque são três bilhões e meio. Isso representa praticamente a folha de pagamento do Executivo de um ano inteiro.

E qual é a contrapartida social que o povo de Mato Grosso tem com três bilhões e meio de incentivos fiscais? Quantos empregos foram gerados por essas empresas que para elas são concedidas incentivos tão altos?

Isso é basicamente uma concentração de riquezas e não uma distribuição de riquezas.

Outro ponto importante também é que o Sr. Silval delatou pelo menos uma dezena de empresas que pagaram, e aqui fica um questionamento ao próprio Ministério Público, ouviu Dr. Arnaldo, para ter concedidos esses incentivos fiscais, e eles têm vício de origem, eles são objetos de fraudes, são plenamente nulos. Esses recursos deveriam ter sido, estão sendo objetos de ação judicial, devolvidos aos cofres do Estado de Mato Grosso.

Estamos falando de recurso da ordem de quase um bilhão de reais em incentivos.

Só quero fazer mais uma lembrança, antes de ir a um ponto final, que não...

(TEMPO ESGOTADO)

Só a questão... É bom lembrarmos das responsabilidades porque estamos aqui na Casa que é responsável pela renegociação da dívida de 400 milhões, que foi vendida ao *Bank of America*, dos 400 milhões já pagamos cerca 800 milhões e ainda devemos um bilhão de reais por uma negociação malfeita, autorizada por esta Assembleia Legislativa, pelos Deputados eleitos em 2010, cerca de quatorze deles reeleitos em 2014 e outros dois, por meio de parentes, o Presidente da Casa e o marido da Deputada da época então.

Quero só fazer aqui, para finalizar, uma denúncia. Fui vítima do mais extremo abuso de autoridade e truculência policial que um membro dirigente sindical neste Estado já sofreu.

A mídia noticiou que fui detido por conta de uma confusão no Banco do Brasil. Não é verdade.

Tive um desentendimento com uma segurança, falei que faria uma denúncia formal contra ela - é meu direito porque sou correntista a mais de uma década daquele banco -, discuti com uma pessoa que me xingou de safado e vagabundo, mas não houve sequer vias de fato, não houve troca de soco nem nada.

Após esse episódio, fiquei mais 25 minutos dentro do banco, fui para a parte interna, paguei uma conta de quase dois mil reais, sem ser importunado por segurança, sem sequer ser perguntado pelo gerente o que tinha causado aquele entrevero todo.

Para minha surpresa, quando saio há oito policiais com uma viatura parada de ré...
(O MICROFONE É DESLIGADO.)

(O SR. PRESIDENTE DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO PEDE AO ORADOR QUE SE ATENHA AO ASSUNTO LOA – FORA DO MICROFONE.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA – Tá.

Só para completar, porque isso é muito importante, Deputado, esta Casa tem que se posicionar, eu fui vítima de abuso de autoridade pelas minhas posições políticas, porque eu fui um dos que mais fez enfrentamentos contra a questão dos grampos ilegais, escrevi um artigo sobre isso, inclusive, um artigo defendendo a Deputada Janaina Riva pela exposição que ela sofreu.

Aquilo não foi aleatório, eu fui vítima das minhas posições políticas. O Vice-Presidente da OAB me ligou, já fiz uma denúncia formal, farei uma denúncia formal no Ministério Público, nesta Casa de Leis, porque eu espero uma retratação pública por parte da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Não desacatei policiais, eram oito policiais que alegam que, na frente de 20 pessoas, eu os desacatei.

Eu argumentei retórica e juridicamente, sei exatamente o liame entre argumentação jurídica e o desacato à autoridade, porque sou advogado. Então, exijo, sim, uma retratação do Estado de Mato Grosso, porque fui vítima do mais extremo abuso de autoridade que podemos passar em um regime democrático de direito.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Com a palavra, o terceiro inscrito, Ricardo Bertolini, Presidente do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais-SINDFISCO.

O SR. RICARDO BERTOLINI – Bom dia a todos!

Primeiramente, quero cumprimentar o Deputado Dilmar Dal Bosco e a Deputada Janaina Riva, demais autoridades e técnicos presentes à mesa; os colegas sindicalistas, senhoras e senhores.

Eu gostaria que o colega colocasse para nós somente este slide, que é o que retrata os investimentos para Mato Grosso na ordem de 02 bilhões e 234 milhões. A minha visão... Pessoal, esta Audiência Pública que estamos fazendo aqui não deveria nem ser aqui, nós deveríamos levar isso aqui para o cidadão, para a sociedade, realmente, aqui não tem cidadão, aquele que realmente necessita disso daqui. (PALMAS)

Hoje, temos que rediscutir o que nós queremos, estamos priorizando patrimônio, veja lá, olha, estamos levando 57,75% de transporte rodoviário, nós queremos asfalto? Nós queremos rodovia? Não é isso que nós queremos, nós queremos priorizar as pessoas, nós temos que discutir, realmente, a desigualdade social.

A desigualdade social está estampada aqui no planejamento de investimento do Governo de Mato Grosso. Essa é a desigualdade social, gente, olha lá, está tudo aí, isso é para investimento, o que já está lá colocado como obrigatório: educação, saúde e segurança, é obrigação!

Agora isso aqui é prioridade de investimento, nós precisamos de estrada, está dizendo aqui, só, investimento em transporte, rodovia, pedágio etc., é isso que nós estamos precisando? Estamos precisando de Educação Básica, 14%, olha, já melhorou bem esse índice aqui de investimento, parabéns. Agora veja lá saúde – Oscarlino está certo –, veja lá a saúde, 0,57% dos investimentos.

Então, realmente precisamos rediscutir isso aqui, viu Deputado, não dá para ser assim. Nós temos que priorizar o cidadão, as pessoas, nós somos um Estado rico e muito pobre ao mesmo tempo, porque a riqueza está nas mãos de 500 pessoas, não vamos dar nomes, mas 500 pessoas ricas, o resto é pobre.

Há duas semanas, foram divulgados os números, PIB *per capita*, renda *per capita* etc., o mal do Brasil é Brasília. Mato Grosso está sendo estagnado, 11 mil agora, caiu um pouco, 10

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

mil e 700 dólares ano, senão me engano, isso é uma vergonha, uma vergonha! E vende isso daqui como priorização. Então, precisamos rediscutir isso.

Isso é só para introduzir, eu tenho duas perguntas para fazer, algumas perguntas técnicas, veja bem, em 2017, aqui neste mesmo local foi apresentado o resultado do segundo quadrimestre fiscal. Lá um *déficit* de 375 milhões. Estou falando da receita tributária, um *déficit* de 375 milhões até agosto.

Aí, pegamos um *déficit* até agosto e estamos colocando agora... Há outra transparência que diz que a receita tributária vai crescer 5%. Mas está caindo, não é? 12 bilhões. A receita tributária está prevista em 12 bilhões, só que nós não estamos atingindo a de 2017. Eu quero saber também como é que faz essa mágica, porque nós estamos lá tentando.

Em setembro, mais exatamente dia 26 de setembro, foi aprovado aqui na Assembleia Legislativa um Projeto de Lei Complementar a favor do Grupo TAF para fomentar a arrecadação e ele está valendo. Foi publicado no dia 26 de setembro, mas está valendo desde agosto, e em um esforço que nós estamos fazendo de fiscalização... Porque, gente, não tem veículo, não tem estrutura e aí você tem que ir atrás das coisas na unha. Em um esforço, de agosto a outubro, nós arrecadamos a mais, acima do previsto, 143 milhões. De agosto a outubro, 143 milhões, mas estamos perdendo ainda.

Eu ainda gostaria de saber como é essa mágica, se em 2018 nós vamos conseguir arrecadar os 12 bilhões? Eu estou falando só da tributária, porque em 2017 as transferências e os financiamentos federais também não vieram, estamos perdendo também. Eu estou falando só da tributária, que é a que conhecemos mais a fundo.

Para finalizar, Roberta, como essa lei foi aprovada no dia 26 de setembro, ela não está no preâmbulo da LOA, os impactos dela não estão previstos aí.

Eu queria saber como é que a PEC vai tratar disso, porque depois que o orçamento chegou aqui na Assembleia Legislativa, dia 30 de setembro, já havia legislação aprovada com impacto nas secretarias que não está previsto no orçamento. Então, precisa fazer esse ajuste.

Outra coisa que eu gostaria que a equipe técnica nos explicasse, veja bem, na Secretaria de Fazenda - que é o que nós conhecemos um pouquinho, como que é feito lá o orçamento para custeio - faz-se o orçamento para custeio sempre deficitário, diga-se, e as outras áreas devem ser assim também. Você nunca consegue aprovar um orçamento que cubra todos os seus custos, e este ano está do mesmo jeito. A PEC vai dar um jeito também? Porque pelo o que eu entendi, a PEC vai retirar e não suplementar, porque o que está se encaminhando hoje não paga o custeio.

Então, eu gostaria que você me explicasse como é que se resolve isso ou o pai da PEC, o nosso colega, meu xará Ricardo, como se resolve isso, porque, no meu entendimento, a PEC fixou um valor, um teto, só que a previsão é menor do que o realizado no ano anterior. Então, não existe milagre, gente. Vocês têm que... O orçamento tem que disponibilizar o recurso para o custeio, senão ficamos como cego em tiroteio. Você precisa realizar as políticas e você não tem recursos nem no orçamento e aí vem a PEC e trava você. Gostaria que explicassem essa situação.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Primeiramente, só vou fazer um comentário sobre o que o senhor falou que a Audiência Pública tem...

(O SR. ANTÔNIO WAGNER DIALOGA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Ah, está aqui. Eu anotei. Vou responder a dele que está mais perto, já está tudo anotado aqui.

Só um comentário em relação à Audiência Pública que não deveria ser aqui, que deveria ser para o povo. Quando nós elaboramos o primeiro PPA, nós fizemos fórum de planejamento, nós fomos para a rua, nós fomos atrás da população e fizemos nas doze regiões de planejamento. Isso aí é muito interessante, nós recebemos muita contribuição, escutamos realmente a população, mas aqui não deixa de estar o povo representado. A Assembleia Legislativa, os Deputados são representantes do povo. Cada Deputado que está aqui representa um município, um segmento, um setor. Eles têm a obrigação de fazer com que a população, as pessoas que votaram neles, sejam ouvidas. Então, nós acreditamos, como está aqui na Assembleia Legislativa, que o povo está aqui representado pelos Deputados. Não é o ideal, mas acredito que estamos cumprindo com a obrigação.

Em relação ao incremento da Receita, Ricardo, eu quero deixar claro que, na quinta-feira, espero que você venha aqui, porque o Ricardo, o seu xará, vai detalhar item a item da estimativa da receita, item a item, o que está previsto de aumento.

Repetindo: é obrigação da SEFAZ esse cálculo das receitas, principalmente, das tributárias; cabem à SEPLAN as receitas próprias dos órgãos, receitas de convênio, mas a receita tributária é obrigação da SEFAZ. Mas nós fazemos um contraponto, nós trabalhamos juntos. E isso é importante, como eu falei, ter um contraponto nesse cálculo e acabamos chegando a um número em comum.

Eu também gostaria de saber dessa mágica, Ricardo, porque desse incremento... Porque vocês só após aprovação dessa lei que começaram a arrecadar mais, eu também quero entender um pouquinho disso. Se a função de arrecadar mais... Eu ainda estou falando, depois o senhor fala.

Nós também esperamos. Quer dizer, eu estou respondendo pela SEFAZ em relação... mas não é a minha atribuição. Quem é responsável pela receita tributária, principalmente, para responder essa mágica de arrecadação muito maior é a SEFAZ. Como a minha equipe trabalha com a SEFAZ... O Ricardo vai complementar. Como o Ricardo é responsável pela equipe que trabalha com a SEFAZ, nós estamos respondendo aqui, mas a obrigação de responder sobre a receita tributária é de vocês.

A questão da PEC já foi respondida. Eu acho que você ainda não tinha chegado.

A LOA não contempla 100% a PEC, como foi aprovada, até porque houve emendas. A nossa primeira obrigação é fazer os ajustes. Primeiro, calcular o que teria de diferente, qual é essa alteração que a PEC vai proporcionar, a Emenda Constitucional nº 81, e o que ela vai proporcionar na LOA, na alteração do orçamento. Com isso, nós fazemos os ajustes necessários e começamos o ano com a PEC dentro do orçamento.

O orçamento deficitário, infelizmente, as Secretarias têm o orçamento deficitário. Como eu falei, nós não conseguimos atender todas as necessidades, mas temos despesas rígidas que não conseguimos alterar. A folha de pagamento é muito grande, diversas carreiras têm VIs. As VIs têm sido pagas. Então, no momento de crise, de frustração de receita, em nenhum momento foi cortada a VI. Então, por mais que vocês tenham dificuldade de recursos, de veículos, como vocês falaram, vocês têm uma verba que ajuda, que complementa esse trabalho de vocês, como outras carreiras, auditores, como outras carreiras que têm VIs. Então, a PEC vai diminuir mesmo. Eu já comentei isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

No ano que vem, vamos fazer alguns ajustes e algumas Secretarias vão ter uma pequena redução do orçamento por causa das obrigações, dos limites impostos pela PEC. Mas as Secretarias já vão começar o ano sabendo o quanto elas podem gastar, elas vão ter que reduzir mesmo e as despesas obrigatórias, como folhas, dívidas, serão respeitadas, e os investimentos prioritários também, vamos deixar os recursos para eles. Será uma forma de você fazer a gestão melhor porque já tem os limites.

Foi repetido também por todas as pessoas que apresentaram, que discutiram, que a PEC não será um remédio para todos os problemas nossos e também que não funcionará no primeiro ano. É uma forma de conter o custeio e, com a receita ficando maior, sobrar para fazermos investimentos.

Então, teremos uma melhora nas despesas a partir de quando, Sr. Ricardo? Aqui é dois mil e...

O SR. RICARDO (FORA DO MICROFONE) - A partir do ano que vem, segundo semestre, 2019...

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Em 2019, teremos uma melhora na implementação efetiva dessa PEC.

Eu quero responder agora para o Sr. Wagner, ele pediu para apresentar o comparativo da receita. Repetindo, o Sr. Ricardo trará e na quinta-feira e também eu o convido para estar presente. Nós vamos deixar bem detalhado o comparativo de 2016, 2017 e 2018, o cálculo da receita como é feito. Acho que poderíamos até trazer alguém da SEFAZ, não é, Sr. Ricardo? Seria interessante, já que a atribuição é deles, esse aumento o senhor quer que explique de 18 bi para 20 bi.

Então, nós temos alguns parâmetros em relação à arrecadação, a estimativa mesmo da receita, como se realizará, a questão das renúncias fiscais, se estão maiores ou menores, que diminuiu a receita, e a questão da eficiência tributária também. Então, temos anos que a receita tributária é maior e ainda nós temos uma margem que podemos trabalhar, reduzindo as renúncias e, se for mesmo o caso, necessário, comprovado que é necessário, melhorando a eficiência tributária.

Em relação às renúncias, o Secretário Gustavo Oliveira, e eu estava aqui também presente numa Audiência Pública, em que ele estava explicando item por item das renúncias e eu acho que, se for necessário, podemos pedir para que ele venha, ele até se ofereceu a vir hoje. Vou pedir que ele venha na quinta-feira para responder alguma coisa e eu posso solicitar, não sei da agenda dele, não sei se será possível.

Quero falar para vocês que nós, da SEPLAN, aguardamos com muito entusiasmo, muito ansiosos a volta desse recurso, porque esses recursos, que estão faltando para fechar o orçamento desse custeio, nós recebemos as Secretarias o tempo inteiro... E as Secretarias: "Olha, falta um milhão só para tal despesa..." e a outra pedindo e nós ficamos num desespero, queremos atender todo mundo e nós não temos. Nós gostaríamos que essas empresas irregulares que tiveram as renúncias concedidas de forma irregular, que esse recurso retornasse ao Executivo, mas isso nós sabemos que depende de processos e são mais demorados.

A questão do *Bank of America*, estamos sentindo muito também, esse ano, em fevereiro, quer dizer, são duas parcelas que pagamos por ano. Em fevereiro a arrecadação ainda está pequena...

(O SR. ANTÔNIO WAGNER NICACIO DE OLIVEIRA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017,
MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE
MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE
NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Você sabe?

Foi um absurdo esse acordo com o *Bank of American*, foi um absurdo. Tivemos um aumento do dólar muito grande. Em fevereiro tivemos que pagar uma parcela de 130 milhões. Você já pensou, no começo do ano, a arrecadação ainda baixa, porque do comportamento sazonal da receita, em fevereiro a arrecadação ainda está baixa e já tivemos que arcar com uma parcela de 130 milhões. E aí chega setembro e tem uma outra parcela alta também. Mas tem uma proposta agora de venda dessa dívida, uma renegociação em termos melhores. Vamos ver se conseguiremos.

O incentivo fiscal já falei, que talvez... Irei pedir ao Secretário Gustavo ou alguém da Fazenda para que venha aqui.

O imposto de renda está ali dentro da receita tributária, se abrímos a receita tributária tem a receita de impostos, ela já está lá, ela entra como receita contábil, ela entra ali também. Você pode trazer também, não é? Traz a explicação. Ele trará a explicação.

Eu acho que só, não é Wagner? Anotei aqui e acho que não faltou nada não.

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO – Só complementando à pergunta do Ricardo. Só para explicar um pouco da metodologia de previsão da receita tributária.

As receitas tributárias, as receitas de transferências correntes são projetadas pela Secretaria de Fazenda por meio da Unidade de Pesquisa Econômica aplicada, em conjunto conosco. São os responsáveis de fato por fazer a projeção dentro de um cenário que foi estabelecido internamente pelo Secretário de Fazenda com a equipe técnica dele de acordo com as diretrizes que foram colocadas e dentro de um limite prudencial.

O que posso afirmar é que a expectativa de fechamento desse ano, de acordo com as ações que estão sendo desenvolvidas, recuperação de ativos e até mesmo a CONAB e outras ações que estão sendo desenvolvidas pela Secretaria de Fazenda é que esse déficit que foi dito, essa frustração que foi dita possa ser atenuada. Entretanto, ainda fechará com algum grau de frustração, estimado em aproximadamente 150 milhões previamente.

Para o ano que vem, a expectativa é de um crescimento de 8,3%. Este ano o crescimento, se fechar na estimativa que foi colocada recentemente, seria um crescimento de 7% em relação ao ano anterior.

Tem uma questão importante que é a mudança da forma de contabilização de acordo com a MCASP. O Manual de Contabilidade do Setor Público, fez... tiveram algumas mudanças em comparação com a forma feita este ano.

As receitas que são provenientes, por exemplo, de multas, juros, incidentes sobre ICMS e IPVA que antes eram contabilizadas em outras receitas correntes, passaram a ser contabilizadas em receita tributária. Isso logicamente faz com que o resultado seja um pouco maior em comparação com o dado atual que não é contabilizado dessa forma.

Essa diferença também está em decorrência disso e de um cenário que foi estabelecido pela Secretaria de Fazenda para poder fazer as projeções da receita tributária.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Eu sou muito atento a pauta tratada em uma Audiência Pública e a palavra tem um dom, porque é ao vivo pela *TV Assembleia*, pela *Rádio Assembleia*. Só quero informar que quando lá na aprovação da renegociação da dívida dolarizada, eu era oposição como mais três colegas Deputados, votamos contra porque não tinha travamento. Eu sou empreendedor também.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Então, quando usam a tribuna falando que tinham 14 Deputados que retornaram e votaram, que fizeram isso aí, falam de forma incorreta, não verdadeira. Ou se atenta ao assunto, ou procura pesquisar, ter o conhecimento e ler antes de julgar qualquer coisa. Eu sempre procuro ser pautado com muita responsabilidade no meu trabalho no Parlamento, como também da mesma maneira...

(O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA DIALOGA COM O PRESIDENTE DA PLATEIA– INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Desculpa concedida, não tem problema. Só que antes de proferir a palavra porque, muitas vezes, você fere as pessoas e nós temos que ficar calados. Eu me pauto muito pela minha responsabilidade dentro do Parlamento.

O governo anterior cometeu várias irregularidades, o governo Pedro Taques em 2015 concedeu renúncia, ou o que se chama de incentivo fiscal de 50 milhões de reais; em 2016, 140 milhões de reais; em 2017, irá totalizar quase 450 milhões de reais de incentivo fiscal. Como a Empresa Casterleite lá de Castanheira, basta conhecer. Basta conhecer.

O Governo Silval Barbosa no exercício de 2014 concedeu renúncias fiscais com decretos e portarias de 750 milhões de reais! Isso não estamos questionando até porque estamos tratando de uma LOA orçamentária para 2018. Lá em 2014 aprovou um dinheiro do FETHAB que tira e manda para os municípios, que chega a quase 300 milhões anual e tira também do dinheiro do recurso.

Do dinheiro das obras da Copa, nos anos de 2012, 2013, 2014, tiraram 800 milhões do dinheiro do FETHAB e colocaram implementos nas obras da Copa, faltou esse investimento na ponte de concreto que precisa lá em Colniza. Para interligar Colniza com o mundo, interligar Nova Maringá com o mundo. Talvez, a infraestrutura não precisa, mas fomos buscar financiamento que está neste orçamento, um financiamento de 700 milhões de reais para dar qualidade para as pessoas que tem o direito de ficar lá em Castanheira e viver bem, lá em Colniza, lá em Aripuanã, em vários municípios do Estado de Mato Grosso.

Então, o reflexo, eu entendi muito bem a colocação do Ricardo, mas também temos que ver as pessoas que vivem lá, hoje nós temos 14 milhões de brasileiros desempregados não é culpa da Assembleia Legislativa é culpa da gestão de treze anos, talvez de um Partido que comandou, que não fez nenhuma gestão, não entrou dentro de uma sala de aula de uma escola para fazer um jovem empreendedor, dando oportunidade as nossas crianças, fez de forma diferente, pensou no momento político e no momento de viver o dia a dia e não viveu no futuro. Então, não quero entrar nesses detalhes até porque eu acredito que temos que fazer leitura, conhecer, analisar primeiro, antes de falar.

A questão dos vários trabalhos feitos; a questão das renúncias fiscais que foram feitas; estão sendo feitos junto com Governo do Estado, o Governo Pedro Taques. E todos os 809 incentivos foram feitos pelo Seneri na época, isso foi um trabalho do Governado do Estado para apurar cada caso como também está sendo pela PGE e quero aqui passar para o Dr. Arnaldo o trabalho brilhante do Governo do Estado e o Ministério Público.

Vou passar a palavra para que o Dr. Arnaldo fale sobre o trabalho que foi feito e as recuperações que foram feitas através de renúncias fiscais. Passo a palavra ao Dr. Arnaldo, representando o Ministério Público.

O SR. ARNALDO JUSTINO - Wagner que perguntou sobre incentivos concedidos irregularmente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Em relação a isso Wagner, o Ministério Público ele compõem o comitê de recuperação de ativos chamado CIRA. Estamos tendo bastante êxito na recuperação, por exemplo: bem antes da delação do Silval, o CIRA recuperou 300 milhões da JSB, foi antes, foi um trabalho pioneiro. Então, desde essa época, antes da delação, já vinha sendo feito esse trabalho. Essa delação do Silval, eu gostaria de lembrar que ela surgiu em decorrência do trabalho do Ministério Público. Ele foi preso antes de fazer a delação, depois que ele fez a delação. Nós já estávamos descobrindo várias irregulares que ele vinha fazendo, ele só fez a delação porque ele viu que não tinha escapatória, porque o cerco já estava fechando. Tiveram as questões da SETAS, que ocorreram lá desvios, os quais também foram apurados pelo Ministério Público Estadual.

Agora, por volta do mês de agosto, de setembro, de outra empresa, foram recuperados 293 milhões. Então, quando o governo fala: “estamos esperando arrecadar até o final do ano tanto”, ele conta com essa recuperação.

Então, está sendo feito sim, Wagner, um trabalho entre o Ministério Público e o Governo do Estado. Não é só o Ministério Público que é do CIRA. É um comitê, tem uma lei que formou esse comitê para recuperar ativos, logo no início do governo. E está sendo feito um trabalho com bastante êxito. E esperamos, como você, como a população recuperar tudo isso, que foi perdido, que foi feito ilegalmente esses incentivos.

(O SR. WAGNER QUESTIONA O ORADOR FORA DO MICROFONE- INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Passo a palavra para o último inscrito, Sr. Alison Fagner Santos Trindade, Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Mato Grosso.

O SR. ALISON FAGNER SANTOS TRINDADE – Bom dia, senhores!

Cumprimento o Dr. Arnaldo Justino, em nome do Ministério Público; Sr. Ricardo Capistrano, em nome dos servidores do Executivo, meu vizinho, pai da PEC.

Cuidado! Eu sei onde você mora! (RISOS)

Cumprimento o Deputado Dilmar Dal Bosco, em nome da Casa de Leis, da Assembleia Legislativa, que sempre promove discussões muito importantes.

Como membro da Segurança Pública eu vi alguns números aqui e fiquei, realmente, muito preocupado. De alguns números eu já tinha conhecimento, mas quando olhamos o panorama geral ficamos mais preocupados, ainda. Outras áreas prioritárias como a saúde, também, estão na mesma situação.

Eu vou usar uma metáfora que o Deputado Dilmar Dal Bosco usou no início do seu pronunciamento quando falou que quando um pai não tem dinheiro não dá de comer o filho, porque não tem dinheiro. Realmente, hoje, o Estado de Mato Grosso está sem caixa para pagar o salário em dia.

Mas por que está sem caixa, Deputado Dilmar Dal Bosco?

O pai quando está sem dinheiro vai lá troca o carro, faz um financiamento, se endivida, é culpado. Você, como um ótimo gestor que é, investe quando está com sua empresa saneada, senão, o que você faz? Faz bem feito, porque, senão, a sua empresa começa a dar prejuízo. Isso é o básico da gestão.

Quando olhamos para o Estado de Mato Grosso e para essa LOA que foi exemplificada aqui, vimos 1.2 bilhões de investimentos em estradas. E quando vamos mais lá para frente com 1.4 de gasto com estradas, fazendo uma conta de pão rápida, vimos que 200 milhões são para manutenção de estrada e o resto para investimento, ou seja, construção de estradas novas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

E eu pergunto aos senhores e, principalmente, ao Deputado Dilmar Dal Bosco, que é da Assembleia Legislativa e é quem tem que fazer essa retórica ao Governo: ano que vem será a hora de investir em construção de novas estradas? Não podemos abrir mão da manutenção, senão, teremos problemas de escoamento de produção e tudo mais. Mas é hora de construir estradas e tudo isso de estradas?

Olhamos para a segurança pública e os 32 milhões que estão para investimento - e eu abro para os senhores, porque muitas pessoas não têm conhecimento -, na verdade, não são investimentos, Deputado Dilmar Dal Bosco. Quando você vai à delegacia, a uma unidade da POLITEC... Vossa Excelência conhece a POLITEC de Rondonópolis ou a de Sinop e sabe que estão caindo na cabeça das pessoas. Aí você vai fazer uma reforma lá. E você entra onde? Em investimento! Na verdade, não é investimento. É o quê? É manutenção básica de estrutura física que entra na rubrica de investimento.

Esses 32 milhões para a segurança pública, eu falo com toda clareza de quem está na segurança pública e já foi gestor da segurança pública por muito tempo, não dá nem para fazer a manutenção predial da segurança pública. Ou seja, o investimento na segurança pública para o ano de 2018 será zero.

Quando vamos para a rubrica de materiais para manutenção de segurança pública vemos algo em torno de 95 milhões ou 92 milhões. Eu não me lembro, exatamente, mas é algo em torno de 90 milhões.

E isso, Deputado Dilmar Dal Bosco, sabe quantos meses dá para rodar a segurança pública? Não dá para rodar por 4 meses. Estou falando de manutenção: comprar reagente, por gasolina no carro, comprar munição para o revólver do policial. Acho que no segundo semestre do ano que vem o policial terá que sair com estilingue, porque o policial não terá munição. É verdade! Este ano, há 15 dias, um colega me ligou dizendo que foi atender um local de crime e acabou a gasolina do carro. Então, ele foi abastecer, mas não tinha saldo no cartão corporativo do Estado para abastecer. Isso aconteceu com toda a segurança pública no Estado todo. Ano que vem isso acontecerá no segundo semestre todo o tempo. Imagine você ligando: “Por favor, venha me atender!” “Eu não posso ir, porque estou sem gasolina.”

O Dr. Arnaldo falou que espera que ano que vem seja melhor. Não será, Dr. Arnaldo! Será bem pior do que este ano, mas muito pior pelos números que estamos vendo aqui. Mas é por que o Estado não tem dinheiro? Eu estou metendo 1.2 bi em novas estradas. Metade disso, 600 milhões, resolve o problema da segurança pública e da saúde, se eu colocar investimento e pagamento de consumíveis. A questão aqui não é dinheiro, porque é o Estado...(TEMPO ESGOTADO)... é um Estado rico, mas o Governo do Estado tem que saber gerir isso e a Assembleia Legislativa tem a função de fiscalizar. Então, temos que olhar para esses números e ver que a segurança pública o ano que vem vai parar por falta de dinheiro para manutenção básica.

Eu cito outro exemplo de gestão, Deputado Dilmar Dal Bosco, que aconteceu lá na...

Vou citar a POLITEC, porque é órgão onde estou e tenho total domínio das questões financeiras de lá.

Estamos sem fazer alcoolemia há mais de um ano por falta de reagentes e de manutenção em equipamentos. Ou seja, se o cara atropelou uma família inteira, matou a todos e morreu no acidente, ele não será culpado, porque não se poderá fazer o exame, pois, o Estado não tem essa estrutura, hoje, por falta de investimento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017,
MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE
MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE
NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Sabem quanto que é o investimento de um ano para você manter a alcoolemia? Menos de 100 mil reais. Vocês sabem qual é o custo de um exame? Em torno de 20, 30 reais.

Esses dias teve uma ação judicial para fazermos um exame e tivemos que nos deslocar para São Paulo, porque era ação judicial e tinha que cumprir, o Estado tem a obrigação de fazer isso. Sabem quanto o Estado gastou para fazer esse exame de alcoolemia, em São Paulo, porque o equipamento daqui está... Nós temos o equipamento, mas ele está parado por falta de manutenção.

A manutenção desse equipamento ficava menos de 8 mil reais, Dilmar Dal Bosco. Nós gastamos 10 mil reais para irmos a São Paulo fazer o exame emergencialmente. Isso é falta de gestão! O Estado de Mato Grosso tem dinheiro e o dinheiro está indo para o ralo por falta de priorização.

Nós vemos essa LOA do jeito que está...

Ela não pode ficar do jeito que está, Deputado Dilmar Dal Bosco!

A Assembleia Legislativa tem que intervir nisso.

Então, nós, da segurança, conversamos com o Diretor da POLITEC há uns dez dias e ele não sabe o que fará ano que vem, porque ele falou: “Eu não consigo rodar quatro meses com o dinheiro que foi ...” (TEMPO ESGOTADO.)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Eu o agradeço, Alisson.
(PALMAS)

Eu vou voltar a fazer uma reflexão da seguinte forma: muito se usa, talvez, seja uma forma de nos expressar e temos falado muito e conversado muito com o Governador e usamos a frase: Causou com a viúva, cuida dos filhos.

Se você tem o financiamento de uma geladeira em 12 parcelas para pagar ou em 20 parcelas para pagar ou em 24 parcelas para pagar, só tem uma saída. Ou você devolve a geladeira, para de pagar ou cumpre com aquilo que foi acordado.

O Governo do Estado de Mato Grosso contraiu dívidas.

O MT Integrado! Está aí! O MT Integrado está aí! Foi dívida contraída pelo Governo passado. Ou nós damos calote e não pagamos o compromisso feito pelo pai que estava no momento e depois você cumpre com o pagamento com a viúva e com o filho com quem você tem o compromisso da mensalidade... Tem essa saída.

Então, o que está aí, também, tem financiamento e muitos financiamentos de obras da Copa, do MT Integrado e temos que cumprir com a dívida. O Governo é um e o gestor está momentâneo.

O recurso, a lei que nós aprovamos a todos os colaboradores da educação vai até 2023 o reajuste aos servidores da educação. Foi feito em 2013. Passou um governo, vai passar o outro e vai ter o outro para cumprir até 2023. É lei e temos que cumprir. Temos que cumprir! E, também, há financiamentos feitos para a construção de pontes de concreto. Vamos tirar pontes de madeira. Nós já estamos com dificuldade de manutenção da madeira para recuperação das pontes de madeira. Tem financiamento, também, da ponte de concreto.

Então, tem que fazer uma reflexão antes de realmente... o investimento está aqui, tem o financiamento, que tem o compromisso do Governo do Estado, assinado com alguns Bancos: BNDES, Caixa Econômica Federal, alguns financiamentos que nós temos que cumprir, tem que estar no orçamento, porque ele tem que buscar toda a despesa que o Governo tem, independente que agora a gestão de 2018 é do Governador Pedro Taques. Tem compromisso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017, MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Eu concordo que muitas vezes não vem explicando o que é; o que foi; o que é esse montante; qual a dívida contraída anteriormente, que poderemos trazer para uma explicação.

Antes de encerrar esta Audiência Pública, vou passar a palavra ao Ricardo, até porque a peça orçamentária veio deles e sabe de todos os números e dados.

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO – Só para efeito de esclarecimento, o valor de um bilhão e duzentos milhões de reais ele é... Principalmente, nós temos 500 milhões de reais que são de operações de crédito que foram contratadas em 2014 e anos anteriores. O Governo atuário não tem prerrogativa de escolher a operação que ele vai fazer, porque isso já estava contratado. Isso é o fluxo financeiro, Cronograma Desembolso.

Além disso, existem convênios que foram assinados e que é finalidade específica para asfaltamento, para construção do contorno Leste, Barra do Garças, e outros convênios de transporte rodoviário que você também não tem a possibilidade de colocar esse recurso em outro lugar se não naquela finalidade.

Então, daquele um bilhão e duzentos milhões de reais, o que de fato é recurso próprio do Estado, que aí é o FETHAB, é aproximadamente 400 milhões de reais. O restante são recursos que ou são de convênios já assinados, que ele não tem possibilidade de alterar a finalidade ou são operações de créditos que foram contratadas principalmente na gestão anterior e que ele não consegue mudar.

Um detalhe importante é a única coisa que ele consegue alterar, de acordo com aquilo que estava aprovado na STN, aí o Governo atual de fato fez uma alteração, foi escolher ao invés de fazer tentar fazer uma operação de crédito a partir da aprovação da STN para que possa construir escola. Então, aquele valor da educação básica, que deu um *boom*, 150, 130 milhões de reais, aproximadamente, é para construir escola. Por quê? Existe uma operação de crédito que ele poderia trocar tendo em vista que não teve liberação financeira ainda. Aí, ao invés de fazer transporte rodoviário, ponte de concreto, ele decidiu, logicamente, fazer escola e foi essa a operação que está sendo lá discutida e foi colocada no orçamento da SEDUC com perspectiva de liberação em 2018 e 2019.

Então foi feita uma escolha daquilo que poderia foi feito, que não tinha liberação financeira até então.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Vou deixar, Sr. Wagner, no momento certo a questão do agronegócio. Se o Estado de Estado de Mato Grosso não tivesse o agronegócio estaríamos falando sobre outra linguagem, talvez, sobre o orçamento que temos hoje de custos de encargos sociais, tanto de colaboradores do Estado, como previdenciários. Se não tivéssemos o agronegócio fomentando em 54% da nossa economia... Nós vamos tratar isso num outro momento, porque a LOA não direciona a este assunto.

Então, eu gostaria de agradecer imensamente a participação da minha colega e amiga Deputada Janaina Riva, que é membro titular da nossa Comissão, justificando a ausência dos Deputados, membros titulares, Deputado Pedro Satélite, Deputado Oscar Bezerra e Deputado Romoaldo Júnior que não estão na Capital, estão no interior.

Agradecer ao Dr. Arnaldo pela presença, sempre presente em todas as nossas audiências públicas, em seu nome agradecer a presença do Procurador-Geral.

Obrigado, realmente, pela participação do Ministério Público que é extremamente importante nas nossas discussões.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017,
MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE
MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE
NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Obrigado, Roberta Maria Amaral, pela presença e explanação. Dá um abraço ao nosso Secretário.

Obrigado, Sr. Anildo Corrêa, Secretário Executivo de Planejamento da SEPLAN!

Agradecer ao Dr. Caio Cesar, que já tirou a dúvida também e nós colocamos na própria PEC: excesso de receita; 2% também de incremento de investimento para a Defensoria Pública, é extremamente importante para elevar para as comarcas que temos hoje em expansão tanto no Tribunal como do Ministério Público a importância de ajudar a todas as pessoas, principalmente aquele que mais precisa neste Estado de atendimento.

Agradecer ao Sr. Ricardo Capistrano, Superintendente de Estudo da Despesa e Receita da SEPLAN.

Agradecer a todos os servidores do Estado, da SEPLAN, da SEAF, aqui presentes, da Assembleia Legislativa, da nossa Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que estava aqui, em especial da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e de todos os colaboradores, presidentes de sindicatos.

Obrigado pela explanação, pelo assunto abordado. Eu anotei todos para que possamos passar aos demais colegas Deputados da grande preocupação de vocês.

Agradecer à imprensa, à TV Assembleia Legislativa, à Rádio Assembleia que transmite ao vivo.

Encerrando esta Audiência Pública, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, agradeço imensamente a presença de toda a imprensa.

Declaro encerrada esta Audiência Pública. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 497/2017,
MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE
MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, REALIZADA NO DIA 28 DE
NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Patricia Elena Carvalho;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.